

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A GESTÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO (2014-2022)¹

Regina Celia de Moraes Alves Silva²
Andréia Vicência Vitor Alves³

RESUMO

O trabalho objetiva mapear a produção científica sobre a gestão educacional no estado do Maranhão no entretempo 2014 a 2022. A metodologia foi uma revisão sistemática da literatura a partir de teses e dissertações publicadas no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e dos trabalhos publicados em anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). A pesquisa mostrou que os trabalhos selecionados analisam a gestão no âmbito educacional considerando diferentes elementos como: desenvolvimento de programas; desenvolvimento da gestão educacional das secretarias municipais de educação; efetivação da gestão democrática e concepção de gestão escolar. Tais trabalhos, em seu conjunto, apontaram que a realidade por eles pesquisada, apresenta as marcas da lógica da gestão gerencial, evidenciando a fragilidade de ações como participação e descentralização. Verificou-se que existem poucas publicações referentes à gestão educacional no estado do Maranhão, e nenhum trabalho remete ao entretempo 2014-2022, enunciando a necessidade e o espaço para novas pesquisas, podendo contribuir com o campo dos estudos e da produção científica em torno da gestão educacional, bem como para novas discussões e compreensões sobre a gestão da educação básica na rede estadual do Maranhão.

Palavras-chave: Gestão educacional, Gestão democrática, Gestão gerencial.

INTRODUÇÃO

A gestão educacional se desenvolve num cenário atravessado por determinantes de ordem política e econômica que buscam se ajustar ao processo de reestruturação capitalista favorecendo a construção de novos padrões de organização e funcionamento de vários setores incluindo a educação. Isso contribui para que a gestão educacional seja compreendida e organizada a partir de diferentes perspectivas e interesses, apontando para a necessidade de novos questionamentos e estudos.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é mapear os estudos desenvolvidos sobre a gestão educacional no período de 2014 a 2022. O estudo é importante porque permite aprofundar a compreensão sobre o que tem sido pesquisado em torno da temática elencada, demonstrando algumas lacunas que poderão servir de porta para novas pesquisas.

¹ O trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e à pesquisa em rede “A Educação Básica nos países do Mercosul” envolvendo universidades brasileira, paraguaia, chilena e uruguaia.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, regina.alves@ifma.edu.br;

³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, AndreiaAlves@ufgd.edu.br.

Inicialmente buscamos contribuir como entendimento do termo gestão. Cury (2002, p.164) esclarece que o termo deriva do latim gero, “gessi, gestum, gerere e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar” e ainda o associa com a palavra gestação, oferecendo a ideia de algo novo gestado no interior de si mesmo.

Quanto à expressão gestão educacional, Bordignon e Gracindo (2000, p. 147) afirmam que trata-se de um processo que integra o político e o administrativo de forma articulada às tramas do contexto histórico, se constituindo o meio orientador e organizador da educação. Entretanto esse é um termo cercado por diferentes conceitos, permitindo diferentes compreensões que se formaram ao longo de uma trajetória que se associa aos moldes da administração pública assinalada por determinantes políticos e econômicos.

Na década de 1980, o Brasil vivenciou uma forte resistência contra a ditadura militar, iniciando-se um período de redemocratização com reivindicações, movimentos sociais, organização da sociedade e a ampla participação popular em busca da efetivação dos direitos sociais. Nesse contexto o grupo de oposição ao regime militar alcançou vitória nas eleições de 1982 nos principais estados do país, vale também mencionar a ocorrência da Assembleia Nacional Constituinte que culminou com Constituição Federal de 1988.

Nesse cenário, que contou com o aumento das reivindicações por diversos setores da sociedade, foi estabelecido o princípio da gestão democrática na forma da lei na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), considerada um marco para a gestão democrática da educação (BRASIL, 1988). E o que entendemos por gestão democrática? Não existe um conceito pronto e determinado, contudo concordamos que trata-se de um

[...] espaço de participação, de descentralização de poder e de exercício de cidadania, [...] a ser assegurada por meio de mecanismos de participação ativa dos segmentos da sociedade civil nas instâncias consultivas, deliberativas e de controle social da educação (Dourado, 2006, p. 56-57).

Contudo, Peroni (2003) menciona que na década de 1990 houve a desconsideração para com os princípios dos movimentos educacionais da década anterior, e a presença de intenções que giraram em torno da eficiência, da descentralização e do controle de resultados. Nesse momento, com a abertura política, participação de acordos internacionais e a presença dos princípios neoliberais, começa a ganhar espaço a gestão gerencial no Brasil.

Esse cenário traz uma nova organização, “o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento” onde “[...] As palavras de ontem são qualidade e competitividade” (Kuenzer, 2008, p. 37), instalando a gestão gerencial. Isso exige formação

adequada para produzir o trabalhador adequado à nova ordem. O mundo do trabalho passa a exigir, da educação e das instituições formadoras, mudanças no âmbito da organização e gestão do sistema de ensino que passa a incorporar como modelo o perfil da organização da iniciativa privada (Peroni, 2003).

Essa realidade coloca em cena a política de ajustamento do setor educacional com ordenanças, recomendações e implicações no campo da gestão educacional, seguindo a agenda política dos grandes organismos internacionais.

A realidade posta aponta para a necessidade de estudos e problematizações que contribuam para a análise, entendimento e enfrentamento dos determinantes políticos que engendram uma gestão educacional que não se harmonizam com as necessidades daqueles que estão à margem da construção do conhecimento.

Diante do exposto o presente trabalho objetiva mapear a produção científica sobre a gestão educacional no estado do Maranhão no entretempo 2014 a 2022. A metodologia foi uma revisão sistemática da literatura a partir de teses e dissertações publicadas no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e dos trabalhos publicados em anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

As produções selecionadas e analisadas apontaram que na realidade por elas pesquisada, a gestão educacional tem sido orientada pelos princípios da gestão gerencial, com foco na maior eficiência e eficácia do sistema de ensino evidenciando a fragilidade de ações como participação e descentralização. O mapeamento realizado permitiu perceber que existe um amplo espaço para novos estudos, o que favorecerá investigações futuras.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter bibliográfico com estudo descritivo, cujo corpus analisado se encontra em produções selecionadas em bases de dados científicos que apresentam teses, dissertações e artigos publicados em periódico qualificado.

Assim, abordamos sobre a produção científica disponibilizada no Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações-BDTD e nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

No Portal de Teses e Dissertações da CAPES foi utilizado o descritor: “gestão democrática” + “Maranhão” e ainda foram feitas algumas seleções conforme as seguintes áreas: Áreas de conhecimento foi escolhida a opção: Educação, e Área de concentração foram selecionadas as opções: Educação; Gestão Educacional; Políticas Públicas e Gestão Educacional. O resultado apresentou 175 produções. Dessas produções apenas duas tratavam sobre gestão educacional no estado em questão: SOARES (2017) e PIMENTA (2019).

Na BDTD utilizamos o descritor: gestão democrática + Maranhão, no refinamento foi feita a delimitação do campo: Assunto, escolhendo trabalhos produzidos apenas no âmbito da Gestão Educacional. Ainda com o intuito de filtrar os dados, foi feito um recorte temporal, considerando, para ambas as bases os trabalhos produzidos no período de 2014 a 2022. O recorte se justifica devido o Plano Estadual de Educação do estado do Maranhão (PEE/MA), ter sido aprovado em 2014, esse também é um período em que o Ideb do referido estado cresceu 32% (INEP, 2020). A busca retornou 50 produções, dentre as quais somente duas tratavam de gestão à nível de sistema no estado maranhense: SOUSA (2015) e K. SOUSA, (2015).

Ademas foi realizado um processo de busca nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), por meio do levantamento de tudo o que foi produzido sobre gestão educacional a nível de sistema, tendo como foco o estado do Maranhão, na modalidade trabalho. Para tanto foram consideradas as versões da Anped desenvolvidas nos período de 2014 a 2022, mesmo período utilizado nas buscas das bases referidas anteriormente, totalizando quatro versões: 37^a, 38^a, 39^a e 40^a. O trabalho incluiu cada Grupo de trabalho (GT) do período analisando. A localização das produções foi feita com utilização dos seguintes descritores: gestão educacional, Maranhão e gestão.

Foram lidos os títulos, resumos, palavras-chave, introdução e conclusão, no intuito de compreender o teor das pesquisas, nesse processo foram excluídos, em cada base de dados, todos os trabalhos, que apesar de conter no título uma ou mais de uma das palavras usadas como descritores o foco de investigação se distanciava da gestão educacional em nível de sistema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no material selecionado no portal da CAPES e na BDT foi elaborado um quadro com informações sobre os objetivos que orientam as produções, confira a seguir:

Quadro 1 - Objetivos que orientaram as produções selecionadas no portal da CAPES e BDTD

Ord	Autor/título do trabalho	Base	Tipo	Objetivo
01	A. Sousa (2015) As parcerias público/privadas e as feições da gestão gerencial na educação.	BDTD	Tese	Analisar as repercussões que o programa GN10 deixou na gestão das escolas da rede estadual de Imperatriz/MA.
02	K. Sousa (2015) A gestão educacional das secretarias municipais de educação de municípios maranhenses a partir do plano de ações articuladas 2007-2011.	BDTD	Tese	Analisar a gestão educacional das Secretarias Municipais de Educação (SEMEDS) de municípios maranhenses a partir do PAR (2007-2011), evidenciando o papel da União nesta política.
03	Soares (2017) Gestão democrática: uma análise das bases normativas dos sistemas municipais de educação do Maranhão.	PORTAL DA CAPES	Dissertação	Analisar como se expressa a gestão democrática do ensino público nos textos legais que dão sustentação aos Sistemas Municipais de Educação do estado do Maranhão.
04	Pimenta (2017) Gestão democrática da educação: análise da sua materialidade nos sistemas municipais de educação da mesorregião sul do Maranhão.	PORTAL DA CAPES	Dissertação	Analisar a materialidade da gestão democrática nos sistemas municipais de educação na Mesorregião do Sul Maranhense, destacando-se as inter-relações entre as bases normativas, os espaços e mecanismos referentes à gestão democrática consistem em ações de democratização.

Todos os trabalhos destacados se desenvolveram na região nordeste e fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão,. Todas as pesquisas são do tipo documental, somente uma se refere a estudo de caso.

Cada produção a partir de diferentes focos, quais sejam: parceria público privada no âmbito do Programa Gestão Nota 10 (GNT10), gestão educacional das Secretarias Municipais de Educação, bases normativas do sistema municipal, materialidade da gestão democrática nos sistemas municipais, trabalharam diferentes objetivos voltados à a gestão da educação básica no estado do Maranhão. De maneira resumida, tais trabalhos, em seu conjunto, apontaram que a realidade por eles pesquisada apresenta as marcas da lógica da gestão gerencial, evidenciando a fragilidade de ações como participação e descentralização.

Foi possível observar que nenhuma das produções mencionadas fez análise das formulações da gestão educacional do estado do Maranhão ocorridas no entretempo 2014-2022, muito embora seus estudos tenham ocorrido no âmbito dos sistemas de ensino dos municípios maranhenses, o que reforça a necessidade de estudos e análises, considerando que em 2014 foi aprovado o Plano Estadual de Educação do Maranhão.

Realizando a busca em cada GT das versões da Anped do entretempo 2014 a 2022, com os descritores: gestão educacional, Maranhão e gestão, cujo detalhamento encontra-se no item metodologia, apenas um trabalho foi selecionado, o artigo de Efraim Lopes Sores e Maria José Pires Barros Cardozo, intitulado: A gestão democrática nos sistemas municipais de educação do estado do Maranhão. Segue a tabela 1 com os resultados da busca.

Tabela 1- Distribuição das pesquisas nos periódicos da Anped 2014-2022

Versão Anped/ ano	Descritores:			Total	Total selecionadas
	Gestão Edu.	Maranhão	Gestão		
37^a- 2015	1	0	12	13	0
38^a- 2017	1	1	1	3	1
39^a- 2019	0	1	8	9	0
40^a- 2021	0	1	14	15	0

O trabalho selecionado trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental que objetiva analisar como se expressa a gestão democrática do ensino público nos textos legais que dão sustentação aos Sistemas Municipais de Educação dos municípios maranhenses. Para tanto analisa as leis dos Sistemas Municipais de Educação e as Leis Orgânicas de três municípios maranhenses: Barreirinhas, Codó e Icatu. Os autores concluíram

que apesar de alguns esforços no sentido da efetivação e ampliação da gestão democrática, o estado precisa avançar na concretização desse princípio, para tanto é necessária a participação organizada da sociedade civil e das instituições de ensino na formulação e proposições de políticas que representem interesses coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado a partir das produções selecionadas à CAPES e à BDTD com o uso do descritor gestão educacional + Maranhão foi possível observar cada produção a partir de diferentes focos/interesses de investigação: parceria público privada no âmbito do Programa Gestão Nota 10 (GNT10), Plano de Ações Articulada (PAR), bases normativas do sistema municipal e materialidade da gestão democrática nos sistemas municipais. De maneira resumido tais trabalhos, apontaram que a realidade por eles pesquisada, atende às orientações da lógica da gestão gerencial, evidenciando a fragilidade no processo de efetivação do princípio da gestão democrática.

No contexto da produção científica da Anped, foi selecionado o artigo de Sousa e Cardozo (2017), os autores estudam a gestão democrática do ensino público a partir de documentos legais que orientam o Sistema Municipal de Educação de municípios maranhenses. De maneira semelhante às demais pesquisas mencionadas, o artigo apresenta a carência de concretude no processo de implantação e desenvolvimento da gestão democrática nos municípios analisados. É possível inferir que as pesquisas elencadas em cada grupo de categoria, apontam a partir de diferentes focos de investigação, as fragilidades do processo de democratização da gestão educacional.

O estudo alcançou o objetivo proposto, contribuindo para a compreensão do que tem sido discutido e analisado sobre a temática Gestão Educacional no estado do Maranhão. O mapeamento realizado permite perceber que existe um amplo espaço para novos estudos, o que favorecerá investigações futuros, no âmbito de diferentes ações, como as ações governamentais, a partir da qual se pretende analisar as formulações na gestão educacional no estado do Maranhão no entretempo 2014-2022, visto que 2014 foi o ano de aprovação do Plano Estadual de Educação do estado em questão.

A perspectivas de investigação mencionada, poderá trazer contribuições ao campo da produção científica, pois, apesar da necessária discussão da temática elencada, existem poucas produções referentes à etapa de formulação de políticas públicas de educação que considere a realidade do estado do Maranhão, especialmente no entretempo 2014-2022. É preciso compreender como e com quais práticas os governos de estados desenvolvem e legitimam

determinada cultura organizacional e determinado modelo de gestão educacional, bem como, que tipo de mobilização política esse modelo estimula e como caminhar para que a gestão que se faz, garanta novos padrões de sociabilidade e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 12 mar.2022.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.18 n 2. 2002. Disponível em <https://doi.org/10.21573/vol18n22002.25486> . Acesso em 10 mar, 2023.
- DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: política e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 77-95.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar: 2020. Brasília: INEP, 2020. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_maranhao_censo_da_educacao_basica_2020.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- KUENZER, Acácio Zeneida. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (ORG.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**, 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.